ASSEMBLEIA INFORMA

16 DE JULHO DE 2009 – QUINTA-FEIRA – ANO 18 – Nº 3.454

Comissões fazem duas audiências públicas e Plenário vota projetos importantes hoje

A Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional vai hoje a Ipatinga para discutir com trabalhadores, autoridades e representantes de sindicatos locais a difícil situação do mercado de trabalho do segmento metal-mecânico na região do Vale do Aço. Segundo a assessoria da deputada Rosângela Reis (PV), que solicitou a audiência, o objetivo é buscar formas de minimizar os impactos do desemprego. A reunião começa às 14h30.

Na ALMG, a Comissão de Participação Popular debate o projeto Casa da Cidadania, recém-implantado pela Defensoria Pública para levar assistência jurídica gratuita às vilas e favelas de Belo Horizonte. A reunião, requerida pelo deputado Almir Paraca (PT), está programada para as 14h30, no Auditório. De acordo com o deputado, o objetivo da reunião é divulgar o projeto, uma iniciativa pioneira da Defensoria Pública em parceria com a UFMG.

As Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária fazem reunião conjunta às 9h45, no Auditório, para analisar o relatório de monitoramento do PPAG. No Plenário, estão previstas reuniões às 9, às 14 e às 20 horas. Em pauta, projetos importantes, como o PL 2.771/08, que altera o Código Florestal do Estado, e o PL 3.337/09, que contém as diretrizes para elaboração do Orçamento do Estado para 2010 (LDO). **Agenda**

Bombeiros e Samu pretendem unificar central de atendimento

Alair Vieira

A Comissão de Administração Pública discutiu os desentendimentos entre o Samu e o Corpo de Bombeiros

Corpo de Bombeiros e Samu pretendem criar uma central única para atendimento de emergência em Belo Horizonte. O anúncio foi feito por dirigentes do Samu na reunião de ontem da Comissão de Administração Pública. Há duas semanas, duas equipes dos dois serviços se desentenderam numa operação de resgate e um bebê de oito meses morreu antes de chegar ao hospital. **Página 3**

Comissão pede afastamento de tenente

A Comissão de Direitos Humanos pediu o afastamento do tenente Paulo Roberto, do Batalhão de Eventos da Polícia Militar, supostamente envolvido em agressão a policiais civis durante operação realizada em Santa Luzia no dia 16 de maio. Os deputados discutiram o assunto ontem com representantes da Secretaria de Defesa Social e aprovaram requerimentos de providências. **Páginas 4 e 6**

Lei beneficia empreendedor individual

A Lei Complementar Federal 128, de 2008, que criou a figura jurídica do microempreendedor individual, começa a beneficiar os mineiros a partir do dia 24 de julho, garantiu o ministro da Previdência, José Barroso Pimentel, aos deputados da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Empreendedores informais poderão requerer direitos como auxílio-doença, licença-maternidade e contagem de tempo para aposentadoria. **Página 2**

Projeto coíbe consumo de álcool nas MGs

O PL 2.031/08, do deputado Sargento Rodrigues (PDT), que proíbe a exposição de bebidas alcóolicas em estabelecimentos comerciais às margens de rodovias estaduais, recebeu um substitutivo ontem na Comissão de Segurança Pública. O novo texto prevê a possibilidade de convênios entre o Estado e prefeituras para viabilizar a fiscalização do consumo de bebida alcóolica nas estradas. **Página 5**

Legislação federal pretende estimular formalização de pequeno empreendedor

Ricardo Barbosa

A Comissão de Turismo discutiu ontem a regulamentação da figura jurídica do microempreendedor individual

A partir de 24 de julho, empreendedores informais mineiros com renda anual de até R$ 36 mil e com até um empregado poderão se legalizar perante a previdência social via internet em aproximadamente meia hora, passando a contar com direitos como auxílio-doença, licença-maternidade, contagem de tempo para aposentadoria e outros. Essa foi a principal notícia trazida pelo ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, à audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperati-vismo realizada ontem.

Requerida e presidida pelo deputado Carlos Gomes (PT), a reunião teve como finalidade debater a regulamentação da Lei Complementar Federal 128, de 2008, que instituiu o Microempreendedor Individual (MEI). Por esse instrumento, 11 milhões de trabalhadores autônomos, divididos em 170 profissões, poderão legalizar suas atividades, obtendo rapidamente o registro de pessoa jurídica (CNPJ), inscrição na Junta Comercial e no INSS, além de alvará provisório de funcionamento. Em Minas, são 1,021 milhão de empreendedores individuais, o segundo maior contingente do Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2007.

A meta do Governo Federal é inserir 1,1 milhão de empreendedores no mercado formal, no primeiro ano de vigência da lei. O custo tributário mensal dessa legalização para o empresário individual varia entre R$ 52,15 e R$ 57,15, incluindo as taxas de INSS, ISS e ICMS. Barbeiros, pedreiros, cozinheiras, cabeleireiros e outros profissionais poderão se beneficiar dessa medida. A lista completa de profissões, bem como todas as informações relativas ao assunto, podem ser consultadas no Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).

Esse *site* já recebeu, desde 1º de julho, 441 visitas. Apesar de a formalização dos empreendedores só estar disponível aos mineiros, paulistas e fluminenses a partir de 24 de julho, ela já pode ser feita no Distrito Federal, disse o secretário de Comércio e Serviço do Ministério do Desenvolvimento, Edson Lupatini Júnior.

O ministro Pimentel destacou a segurança trazida pela nova lei para esses empreendedores: "Na informalidade, eles correm o risco de sofrer uma ação fiscal ou trabalhista e perderem todo o seu patrimônio", salientou. Ele também informou sobre a possibilidade de crescimento proveniente da legalização, uma vez que os bancos públicos estão autorizados a lhes conceder crédito a juros mais baixos que os de mercado. Além disso, empreendedores formais são aptos a participar de licitações públicas. O ministro disse que atualmente 350 mil micro e pequenas empresas são cadastradas como fornecedoras do Governo Federal.

Deputados destacam avanço da medida

Para o deputado Carlos Gomes, o MEI é um instrumento muito importante para enfrentar a informalidade no Brasil. O deputado Antônio Carlos Arantes (PSC) elogiou sua regulamentação e disse que ela é "um antídoto contra a asfixia dos pequenos empresários". O deputado Ruy Muniz (DEM) classificou o MEI como uma iniciativa de inclusão social mais importante que os programas de transferência de renda do Governo Federal, uma vez que "apoia quem faz". O presidente da comissão, deputado Tenente Lúcio (PDT), abriu a audiência pública, mas teve que se ausentar, segundo ele, a pedido do presidente da ALMG, deputado Alberto Pinto Coelho (PP). Por isso, transferiu a condução dos trabalhos ao deputado Carlos Gomes.

Apesar de aplaudir a regulamentação do MEI, o presidente do Conselho das Micro e Pequenas Empresas da Associação Comercial de Minas, Olival Gonzaga de Resende, cobrou aperfeiçoamentos, como agilização no cancelamento do CNPJ e uma análise mais aprofundada sobre a proibição de os devedores do poder público participarem de licitações. Roberto Simões, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-MG, informou que em Belo Horizonte já funciona um escritório preparado para oferecer toda a assessoria necessária à legalização dos empreendedores individuais.

Presenças – Deputados Carlos Gomes (PT), que presidiu a reunião; Antônio Carlos Arantes (PSC), Ruy Muniz (DEM) e Tenente Lúcio (PDT), presidente.

Samu e Bombeiros terão central única de atendimento de urgência e emergência

A adoção de um protocolo único para regular as ações do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) e do Corpo de Bombeiros e a implantação de uma central única de atendimento de chamadas em Belo Horizonte estão entre as medidas anunciadas por representantes da corporação e dos governos estadual e municipal na reunião de ontem da Comissão de Administração Pública.

O presidente da comissão e autor do requerimento da audiência, deputado Délio Malheiros (PV), disse ser preciso reconhecer que os dois órgãos prestam serviços relevantes à população, mas questionou se não estaria havendo uma superposição de funções ou divergências de procedimentos, o que teria culminado na morte de um bebê de oito meses no mês passado, em Belo Horizonte.

A secretária adjunta de Saúde de Belo Horizonte, Susana Maria Moreira Rates, disse que contudo os dois órgãos já trocam informações para o atendimento, mas que medidas de curto e longo prazo estão sendo definidas para estreitar essa integração.

Segundo ela, no prazo de 30 dias, as centrais de atendimento do Samu e do Corpo de Bombeiros deverão iniciar um processo de comunicação integrado. Em seis meses, deve estar implantada uma central única de atendimento e regulação, que vai receber tanto as chamadas feitas para o 192 (Samu) como para o 193 (Bombeiros).

Essa central única de atendimento, explicou a secretária, também deverá ter um comando unificado. Anunciou, ainda, que o protocolo único de regulação do atendimento já está em fase de estudo e elaboração, incluindo uma minuta de convênio entre o Samu e o Corpo de Bombeiros, para ação integrada.

Segundo ela, essa parceria vem sendo construída há cerca de três meses. Sobre a morte do bebê ocorrida em junho, ela disse que, ao chegar ao local, o Samu constatou que o paciente já estava em parada cardíaca. O Corpo de Bombeiros chegou logo em seguida, e o atendimento teria sido conduzido corretamente.

O coordenador estadual do Samu, Rasível dos Reis Santos, defendeu a compreensão do papel técnico de cada serviço, afirmando que a integração deve levar em conta que eles têm competências distintas, cabendo ao Corpo de Bombeiros atuar em casos como de feridos em acidentes, presos em ferragens, afogamentos, salvamento em alturas, e ao Samu casos de cunho mais clínico. Ele defendeu que, no caso de unificação, o comando seja exercido por autoridade sanitária onde houver Samu instalado, e pelo Corpo de Bombeiros onde não houver.

Alair Vieira

Representantes do Samu e dos Bombeiros explicaram o funcionamento de seus serviços de urgência

Ingresso de médicos nos Bombeiros é polêmica

Frisando que a integração com o Samu já ocorre, o diretor de Assuntos Institucionais do Corpo de Bombeiros, coronel Alexandre Marcelo Costa, destacou que a central única de atendimentos é uma das exigências para que Belo Horizonte possa sediar jogos da Copa do Mundo de 2014.

O representante do Corpo de Bombeiros anunciou, por outro lado, que o sistema de atuação da corporação no atendimento de urgência está sendo revisto, tendo sido encaminhada proposta ao governo para o ingresso de 80 médicos reguladores em seus quadros. O coordenador estadual do Samu, Rasível dos Reis Santos, disse que não via a iniciativa como avanço, uma vez que esse encaminhamento poderia partir para uma duplicidade de atuação.

O deputado Sargento Rodrigues (PDT) lembrou que a integração das forças de segurança pública em Minas já resultou em melhorias importantes para o Estado e defendeu que o protocolo para o atendimento de emergência seja agilizado.

O deputado Carlos Pimenta (PDT) ressaltou a credibilidade dos dois órgãos e disse que a experiência de integração do atendimento de urgência no Norte de Minas deve servir de modelo para todo o Estado.

Já o deputado Neider Moreira (PPS) ressaltou que o Samu e o serviço de emergência dos Bombeiros funcionam de forma complementar e assim devem continuar, embora necessitem de uma regulação única, que tenha à frente do comando um profissional médico.

Presenças – Deputados Délio Malheiros (PV), presidente; Ivair Nogueira (PMDB), vice; Domingos Sávio (PSDB); Neider Moreira (PPS); Carlos Pimenta (PDT) e Sargento Rodrigues (PDT).

Direitos Humanos quer que tenente acusado de agressão seja afastado

Marcelo Metzker

Os deputados pediram providências quanto à denúncia contra o militar

Os deputados da Comissão de Direitos Humanos vão solicitar à Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e ao Comando-Geral da Polícia Militar o afastamento do tenente envolvido em uma denúncia de agressão contra policiais civis durante operação em Santa Luzia (RMBH). A decisão foi anunciada pelo presidente da comissão, deputado Durval Ângelo (PT), em reunião na manhã de ontem. À tarde, foram aprovados vários requerimentos de providências (**leia na página 6**).

De acordo com Durval, a comissão recebeu uma denúncia de que um grupo de policiais civis, comandados pelo delegado da divisão de homicídios de Santa Luzia, Cristiano Augusto Xavier, teria sido impedida de executar uma diligência para apreensão de suspeitos, na casa de shows Mega Space, na noite de 16/5 deste ano. Segundo a denúncia, o tenente PM Paulo Roberto, responsável pela segurança do evento, teria impedido a entrada dos agentes, mediante agressões físicas e verbais.

O delegado Cristiano Augusto Xavier confirmou as informações do deputado e explicou que tinha três mandados de busca e apreensão contra suspeitos de homicídio e tráfico de drogas, que estariam no local na hora. Ele relatou que o tenente não permitiu o trabalho da equipe e fez agressões verbais e físicas na discussão, que se estendeu à Delegacia do município. "Nunca tive qualquer investigação que colocasse à prova minha conduta. Nós nos submetemos a exames de corpo de delito e esperamos uma punição para o tenente", pediu.

Os agentes Euler Rodrigues de Carvalho e Maurício Ângelo do Nascimento, que participaram da diligência, também relataram agressões sofridas. Eles afirmaram que teriam sido impedidos de trabalhar, agredidos e humilhados. "Nossa operação foi agendada e fomos proibidos de fazer o trabalho. As agressões e constrangimentos por que passamos devem ser punidos", reforçou Nascimento.

Polícias abriram inquérito

O corregedor da PM, coronel César Romero dos Santos, afirmou que não é possível dar uma resposta antes da conclusão das investigações. De acordo com ele, foi instaurado inquérito policial militar, que está apurando se houve abuso. Para ele, será necessário ouvir as duas partes, para que uma conclusão definitiva seja dada. O corregedor da Polícia Civil, Geraldo Morais, também afirmou que a corporação abriu processo investigatório. Segundo ele, os agentes ainda não foram ouvidos por questões burocráticas, mas terão a oportunidade de relatarem sua versão.

O ouvidor-geral de Polícia, Paulo Vaz Alkimin, considerou o caso isolado, apesar de grave. Ele explicou que, assim que foi notificado do ocorrido, oficiou a Seds, os comandos das polícias e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos (CAO-DH), solicitando providências. De acordo com o ouvidor, foram protocoladas denúncias de tráfico de influência, abuso de autoridade, agressão, resistência e improbidade administrativa. O promotor do CAO-DH, Rodrigo Filgueiras, disse que vai analisar as notas taquigráficas da reunião e fazer contato com o promotor de Santa Luzia para decidir sobre as providências.

Ponderação – O presidente da Associação dos Oficiais da PM e do Corpo de Bombeiros Militar, tenente Nélson Henriques Pires, lembrou que é preciso apurar o caso antes de responsabilizar o tenente, que tem conceito A na PM.

Os representantes dos Sindicato do Servidores da Polícia Civil (Sindepol) concordaram com o pedido de afastamento do tenente e denunciaram que há uma conspiração contra sua corporação, em favor da PM. "Temos que valorizar a integração entre as polícias para evitar fatos como esse", afirmou o presidente do Sindepol, Edson José Pereira.

Histórico – Durval Ângelo reforçou o histórico de agressões do tenente Paulo Roberto, que é acusado de agressão contra o filho do próprio parlamentar. Segundo ele, seu filho foi agredido em evento na Mega Space, em Santa Luzia, além de lhe ter sido negado o boletim de ocorrência. Ainda afirmou que o tenente é acusado de ser contratado irregularmente para fazer segurança de eventos particulares e ser conivente com a venda e consumo de drogas no local.

O deputado Antônio Genaro (PSC) também denunciou o constrangimento sofrido por sua esposa, envolvendo a PM, mas defendeu os comandantes pela dificuldade de controlarem corporações formadas por profissionais de caráter heterogêneo. "Respeito o trabalho espinhoso dos comandantes, mas fatos como o de Santa Luzia não podem se repetir", concluiu.

Presenças – Deputados Durval Ângelo (PT), presidente; e Antônio Genaro (PSC), vice.

Projeto que proíbe exposição de bebida em estradas estaduais recebe substitutivo

O Projeto de Lei (PL) 2.031/08, do deputado João Leite (PSDB), que proíbe a exposição de bebidas alcoólicas pelos estabelecimentos comerciais, em rodovias do Estado, teve parecer aprovado ontem pela Comissão de Segurança Pública.

A relatora, deputada Maria Tereza Lara (PT), opinou pela aprovação do projeto em 1º turno na forma do substitutivo nº 1, que ela apresentou. Segundo a relatora, o Estado foi o pioneiro no tratamento do assunto, por meio da Lei 11.547, de 1994, que proibiu a venda de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes localizados nas rodovias estaduais. "Todavia, tal inovação tem apresentado resultados discutíveis, principalmente em decorrência da ausência de fiscalização por parte do poder público", afirmou.

Segundo o parecer, o projeto do deputado João Leite vai aprimorar a legislação existente, pois, além de proibir a venda, proibirá também a exposição e até a posse de bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e qualquer estabelecimento comercial às margens de rodovias estaduais.

O substitutivo nº 1 incorpora a possibilidade de o Estado elaborar convênios com os municípios, visando à fiscalização do consumo de bebidas alcoólicas nas estradas, mas exclui a incidência das proibições em áreas urbanas. "Busca-se, com isso, simetria entre a legislação estadual e federal, já que a proibição da venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais vale apenas para as áreas rurais", explica o relatório.

Presenças – Deputados João Leite (PSDB), presidente; Pinduca Ferreira (PP), Rômulo Veneroso (PV) e deputada Maria Tereza Lara (PT).

Educação aprova parecer de projeto sobre material didático

Alair Vieira

O PL 3.040/09, que trata do material didático nas escolas, recebeu uma emenda na Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática aprovou ontem parecer favorável ao PL 3.040/09, do deputado Gilberto Abramo (PMDB). A proposição, que tramita em 1º turno, dispõe sobre o material didático-pedagógico de uso individual exigido dos alunos pelas instituições do sistema de ensino do Estado.

O relator, deputado Deiró Marra (PR), opinou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a emenda nº 1, que apresentou. O substitutivo determina o fim da exigência de o aluno fornecer à escola itens de limpeza, de higiene, de expediente e outros que não se vinculem diretamente às atividades pedagógicas.

A emenda nº 1 tem o objetivo de assegurar às escolas o direito de exigir dos aluno a posse do material didático-escolar como requisito para participação nas atividades escolares. Em seu parecer, o deputado Deiró Marra considerou importante para a educação formal a posse do material didático, entendido como "todo o material que o professor pode preparar para utilizar em aula, tais como apostilas, livros e softwares".

Presenças – Deputado Ruy Muniz (DEM), presidente; Deiró Marra (PR), vice; Carlin Moura (PCdoB) e deputada Gláucia Brandão (PPS).

Regras para identificação de recém-nascidos

Está pronto para ser analisado pelo Plenário em 2° turno o PL 972/07, dos deputados Fahim Swan (PSDB) e Eros Biondini (PHS), que trata da identificação do recém-nascido e de sua mãe nos hospitais do Estado. A Comissão de Saúde aprovou parecer favorável à proposição, ontem. O relator, deputado Carlos Pimenta (PDT), apresentou a emenda n° 1.

Na forma em que foi aprovado em 1° turno, o texto determina que os hospitais e maternidades deverão adotar mecanismos para a identificação do recém-nascido e de sua mãe, sem detalhar como isso deve ser feito. A emenda n° 1 estabelece que, na hipótese de falha na identificação do recém-nascido e da mãe, deverá ser realizado o exame de DNA. Segundo o relator, a emenda não promoveu modificações no conteúdo e tem como objetivo acertar o texto com as mudanças promovidas no 1° turno.

Presenças – Deputados Carlos Mosconi (PSDB), presidente; Carlos Pimenta (PDT), vice; Lafayette de Andrada (PSDB) e Adelmo Carneiro Leão (PT).

Conflitos e irregularidades policiais motivam requerimentos de comissão

Marcelo Metzker

Vários requerimentos aprovados à tarde referem-se a denúncias trazidas à comissão pela manhã

Dezesseis requerimentos de pedidos de providências foram aprovados pela Comissão de Direitos Humanos, em reunião ontem. As cobranças de providências se referem principalmente a denúncias de irregularidades envolvendo policiais civis ou militares (**leia na página 4**). Conheça o teor dos requerimentos aprovados: do deputado Durval Ângelo (PT), presidente da comissão, oito requerimentos:

• Para envio de ofício ao titular da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), solicitando que o Colegiado das Corregedorias dos órgãos do Sistema de Defesa Social delibere sobre o conflito em Santa Luzia, em 16/5/09, entre policiais civis e militares. Veja matéria na página 4

• Para audiência pública no dia 5/8 para discutir a reivindicação dos moradores do Camargos, na Capital, para que a empresa Serquip seja desajolada do bairro, em razão de prejuízos ambientais.

• Para envio de ofício ao comandante-geral da PM, pedindo apuração da conduta e o afastamento cautelar do oficial do tenente PM Paulo Roberto, acusado de agressão a policiais civis em Santa Luzia.

• Para que sejam enviadas à Promotoria de Brumadinho, à Corregedoria e à Ouvidoria de Polícia as denúncias do agente policial aposentado Geraldo Guimarães, referentes a arbitrariedades e perseguições que teriam sido cometidas por policiais do município;

• Para realização de visita da Comissão de Direitos Humanos à 22ª Delegacia Regional de Janaúba, tendo em vista denúncias do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de que a unidade estaria com celas superlotadas, presos doentes, menores de 14 anos recolhidos em celas com adultos, e mulheres presas em celas próximas às de homens;

• Para envio de ofício ao titular da Seds, ao comandante geral da PM, ao chefe da Polícia Civil e aos corregedores de polícia, solicitando a apuração de envolvimento de PMs em possível fato criminoso em 10/3/07;

• Para envio de pedido de providências às Corregedorias da Polícia Civil e da PM, à Ouvidoria de Polícia e ao Ministério Público, relativas aos fatos discutidos em reunião realizada no dia 15/7/09, na Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social (Sicods);

• Para envio de pedido de providências ao MP de Mariana, à Corregedoria da PM e à Ouvidoria de Polícia, relativas às denúncias de invasão de domicílio e arbitrariedades que teriam sido cometidas por um capitão PM daquela localidade.

Deputado quer ações em Pingo d'Água

De autoria do deputado Djalma Diniz (PPS), foram aprovados os seguintes requerimentos de providências:

• Para envio de ofício ao Centro de Apoio Operacional da Promotoria do Patrimônio Público, solicitando providências para apuração da conduta de servidor do município de Pingo d'Água (Vale do Rio Doce), que negocia imóveis no horário de serviço;

• De realização de audiência pública para debater conflitos agrários em Pingo d'Água, entre produtores rurais e a empresa ArcelorMittal Inox Brasil;

• Para envio de solicitação aos acionistas e à direção dessa empresa, para que negociem com os pequenos produtores de Pingo d'Água, juntamente com as notas taquigráficas da reunião da comissão no dia 13/7/09, na cidade;

• Para encaminhamento de ofício ao Instituto de Terras de Minas Gerais (Iter), solicitando a realização de um levantamento das terras da ArcelorMittal Inox Brasil.

De autoria do deputado Almir Paraca (PT), foram aprovados quatro requerimentos:

• Para envio de ofício ao Defensor Público-Geral, solicitando a intervenção do Grupo de Atuação Estratégica Permanente na Defesa da População Carcerária (Gaep) na assistência jurídica aos presos da Cadeia Pública de Buritis, tendo em vista denúncias de irregularidades nos processos judiciais;

• Para envio de ofício ao Defensor Público-Geral, solicitando providências para nomeação de um defensor público para Buritis;

• Para envio de ofício ao subsecretário de Administração Prisional, solicitando providências para designação de mais agentes penitenciários para a cadeia de Buritis, principalmente do sexo feminino, de forma a possibilitar revista adequada dos familiares de presos.

Presenças – Deputados Durval Ângelo (PT), presidente da comissão; Ruy Muniz (DEM), Antônio Júlio (PMDB) e Rêmolo Aloise (PSDB).

Deputados aprovam encaminhamentos para problemas discutidos em Guanhães

Ricardo Barbosa

Deputados na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Foram aprovados onze requerimentos, na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Entre eles, oito são voltados para as questões discutidas na audiência pública realizada em Guanhães na última terça-feira. Na ocasião, os taxistas reclamaram que estão sendo impedidos de transportar passageiros entre as cidades da região, sofrendo penalidades como multas e apreensão de veículos. Os produtores rurais, por sua vez, especialmente os de queijo artesanal, disseram que estão sendo prejudicados com essa fiscalização rigorosa, já que não podem fazer o transporte e a venda de seus produtos.

Entre outras solicitações, a comissão aprovou reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para discutir a Lei 14.185, de 2002, que estabelece critérios para produção, garantia de qualidade, instalação, limpeza e higienização da queijaria. Também será enviado ofício ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas, solicitando uma audiência para revisão e adequação do Decreto Estadual 44.035/05, de modo a regularizar o transporte intermunicipal de passageiros realizado por táxis.

Ainda na reunião, o deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) teve aprovado pedido de audiência pública para analisar o repasse de verbas dos governos federal e estadual aos municípios mineiros.

Do deputado Wander Borges (PSB), foi aprovado o requerimento 4.166/09, para envio ao prefeito de Santa Luzia de pedido de providências para regularização urbanística de loteamento na região de São Sebastião de Maquiné. Borges justificou que muitas famílias que moram no local há bastante tempo continuam sem abastecimento de água e luz. A Copasa e a Cemig estão impedidas, em função de um termo ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público, de fazer as ligações porque considera-se que a ocupação é irregular.

Presenças – Deputada Cecília Ferramenta (PT), presidente; e deputados Ademir Lucas (PSDB), Sebastião Helvécio (PDT) e Wander Borges (PSB).

Trabalho fará reunião em Santana do Paraíso

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social aprovou ontem requerimento de autoria da deputada Rosângela Reis (PV) para a realização de audiência pública em Santana do Paraíso (Vale do Rio Doce). O objetivo é apurar por que a prefeitura ainda não doou terreno para a construção de uma agência do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) na cidade. A obra faz parte do plano de expansão do INSS, e terá um custo superior a R$ 750 mil, valor já disponibilizado pelo instituto. Foi aprovado também requerimento que dispensa a apreciação do Plenário.

Presenças – Deputadas Rosângela Reis (PV), presidente; Cecília Ferramenta (PT) e deputado Elmiro Nascimento (DEM).

PLENÁRIO

Quatro projetos têm discussão encerrada

Quatro projetos de lei tiveram as discussões encerradas na Reunião Ordinária de Plenário de ontem. Em 2º turno: o PL 2.396/08, do governador, que autoriza o Executivo a promover medidas necessárias à transformação da Codemg em empresa pública; e PL 2.438/08, da deputada Cecília Ferramenta (PT), que autoriza o Executivo a doar imóvel ao município de Coronel Fabriciano.

Em 1º turno: o PL 2.949/08, que altera a Lei 13.994, de 2001, que instituiu o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Cafimp); e PL 3.440/09, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à prefeitura de São Gonçalo do Rio Preto.

Durante a reunião, também foi recebida mensagem do governador encaminhando projeto de denominação de uma escola estadual em Pará de Minas.

Eleição do TC

O deputado **Irani Barbosa** (PSDB) falou sobre a eleição de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, realizada na terça-feira (14). De acordo com o parlamentar, ele e o deputado Dalmo Ribeiro, também do PSDB, foram convidados a entrar na disputa para dividir os votos e derrotar Sebastião Helvécio (PDT), que foi eleito. Segundo Irani, ele e o deputado Rêmolo Aloise trabalhariam por sua campanha; e o presidente Alberto Pinto Coelho e os deputados Diniz Pinheiro e Mauri Torres se esforçariam pela vitória de Dalmo. Barbosa reclamou que o colega de partido o acusou de angariar os votos que lhe seriam favoráveis. "Aprendi a honrar compromissos. Se alguém aqui não cumpriu o trato, não fui eu", atacou. Em aparte, o deputado Diniz Pinheiro negou que tenha convidado o deputado a se candidatar e que tenha feito campanha para Dalmo. "Sou responsável apenas por meu voto", afirmou.

Servidores administrativos

A situação dos servidores administrativos da Polícia Civil foi tema do pronunciamento do deputado **Adalclever Lopes** (PMDB). Presentes nas galerias do Plenário, os servidores estavam reivindicando aumento salarial e melhores condições de trabalho. O parlamentar pediu apoio à bancada do PMDB para realização de uma reunião com a finalidade de encontrar soluções para a classe. "Os servidores recebem R$ 380,00, valor inferior ao salário mínimo. É um desrespeito com aqueles que dão suporte aos policiais civis," salientou. Lopes fez um apelo ao Governo do Estado para que valorize essa classe, melhorando os salários. Em aparte, os deputados Gilberto Abramo (PMDB) e Antônio Júlio (PMDB) fizeram coro com as palavras do colega. O deputado Vanderlei Miranda (PMDB) ressaltou que a ALMG possui representantes do Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, e precisa também de representantes da Polícia Civil.

Servidores e tributos

O deputado **Weliton Prado** (PT) endossou as palavras do colega Adalclever Lopes (PMDB) com relação aos servidores administrativos da Polícia Civil. "Enquanto o governo estadual cria emendas para aumentar salário de pilotos de aeronaves, os servidores administrativos vivem esta verdadeira injustiça", criticou. O parlamentar comentou também a situação dos profissionais da educação e da saúde, que, segundo ele, apenas tiveram incorporados ao salários benefícios de 5%, que já recebiam. "Isso não é aumento", disse. De acordo com o parlamentar, "os baixos salários continuam, mas os tributos sempre aumentam". Ele ressaltou que o IPVA de Minas Gerais é o mais caro do país e que o ICMS cobrado na conta de luz é de 42%. Prado comentou ainda que está desenvolvendo uma campanha para a redução da tarifa de água, pois acredita que a agência reguladora de água e esgoto (Arsae), que está sendo criada, irá aumentar os valores dos serviços.

Diretrizes Orçamentárias

O deputado **Juarez Távora** (PV) comentou a responsabilidade de ser relator do Projeto de Lei (PL) 3.337/2009, que trata das diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010. Ele destacou a colaboração dos colegas que apresentaram 211 propostas de emenda e explicou que grande parte foi para definir dotações para custeio de ações específicas e genéricas. Para o deputado, essas emendas devem ser tratadas durante a discussão do PPAG e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. "Adotei um critério único e deixei de acolhê-las, assim como aquelas que alteram as prioridades e metas ou propõem a criação de ações", explicou. O parlamentar ressaltou que foram acatadas propostas que estabelecem obrigatoriedade da apresentação de quadros demonstrativos para facilitar a análise do projeto orçamentário. Em aparte, os deputados Domingos Sávio (PSDB), Zé Maia (PSDB) e Carlin Moura (PcdoB) parabenizaram o colega pelo trabalho desenvolvido.

CEAC – Centro de Apoio às Câmaras

Vereadores e servidores das Câmaras Municipais poderão fazer consultas a respeito de processo legislativo, estrutura e funcionamento da ALMG, legislação básica e jurisprudência sobre temas de interesse dos municípios.

CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS

(31) 2108-7303

www.almg.gov.br/ceac

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias motiva debate na Reunião Extraordinária

O debate sobre o projeto que traz as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010 (LDO) marcou a Reunião Extraordinária de Plenário de ontem de manhã. Depois de vários parlamentares solicitarem questões de ordem, o 2º-vice-presidente da ALMG, deputado Doutor Viana (DEM), que conduzia os trabalhos, informou que a análise das proposições da ordem do dia dependia de entendimentos e, por isso, a reunião foi encerrada sem votações.

O deputado Padre João (PT) questionou a forma como foi votado o parecer sobre a LDO na Comissão de Fiscalização Financeira ampliada com integrantes das comissões permanentes, na terça-feira à noite. Segundo ele, os deputados da oposição não foram comunicados do início da reunião, que se deu no momento da apuração dos votos da eleição para conselheiro do Tribunal de Contas. "É um desrespeito com a bancada", disse ele, que cobrou o entendimento e sinalizou que a oposição poderá obstruir os trabalhos.

O parlamentar também questionou o conteúdo do parágrafo único do artigo 52 do projeto da LDO, que teve nova redação por meio da emenda nº 213, apresentada pelo relator, deputado Juarez Távora (PV). O parágrafo único autoriza a eventual distribuição de bens que viabilizem a execução dos programas e ações sociais já em andamento, para fins de atendimento das metas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – uma das peças de planejamento governamental, válida para o período de quatro anos.

Na avaliação dos deputados Padre João, líder da bancada, e André Quintão (PT), haveria um entendimento jurídico de que essa matéria seria pertinente à legislação eleitoral. Para eles, o artigo permitiria a execução, em ano eleitoral, de uma série de ações que estariam, na verdade, impedidas pela lei.

O deputado Gustavo Valadares (DEM) avaliou que o artigo resguarda os projetos sociais em andamento e ponderou que não se pode ter um Estado paralisado de dois em dois anos por conta das eleições. Para ele, o que se propõe é a mesma lógica aplicada a programas do Governo Federal, como o Bolsa Família. Em resposta ao questionamento do deputado Padre João sobre o momento da reunião em comissão, o deputado Juarez Távora explicou que ela já tinha sido previamente agendada. O deputado Jayro Lessa (DEM), vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, lembrou que a votação da LDO havia sido precedida de negociação entre parlamentares, inclusive da oposição.

Papel do parlamentar – Em resposta a uma citação do deputado Padre João sobre as férias dos parlamentares, o deputado Vanderlei Miranda (PMDB) ponderou que a sociedade muitas vezes tem uma opinião errada sobre o Parlamento. Segundo ele, há uma visão equivocada de que o deputado só está trabalhando se estiver no Plenário. Miranda acentuou que a atividade não se restringe a essas reuniões, abrangendo a atuação no gabinete e também na base eleitoral.

Pró-Jovem Rural – O deputado Arlen Santiago (PTB) questionou ações da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. Segundo ele, ao invés de atuar em parceria com prefeitos para execução do programa Pró-Jovem Rural, a Secretaria teria licitado uma empresa paulista para contratar mão-de-obra destinada à capacitação dos jovens.

ORDEM DO DIA

Reunião Extraordinária (9 horas)

Destina-se à apreciação da mesma pauta da Reunião Ordinária, com exceção dos PLs 954/07, 3.142/09 e 898/07.

Reunião Ordinária (14 horas)

PL 742/07
Do deputado Carlin Moura, que institui o programa de prevenção à epilepsia. Votação em 2º turno

PL 2.396/08
Do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza doação de imóvel do Estado ao município de Delfim Moreira. Votação em 2º turno

PL 2.438/08
Da deputada Cecília Ferramenta, que autoriza doação de imóvel do Estado ao município de Coronel Fabriciano. Votação em 2º turno

PL 2.949/08
Do governador, que altera a legislação sobre o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado. Votação em 1º turno

PL 3.187/09
Do governador, que cria o cargo de ouvidor na estrutura do DER-MG. Votação em 1º turno

PL 3.367/09
Do governador, que cria três cargos de piloto de helicóptero do Poder Executivo. Votação em 1º turno

PL 3.440/09
Do governador, que autoriza doação de imóvel do Estado ao município de São Gonçalo do Rio Preto. Votação em 1º turno

PL 3.337/09
Do governador, que contém as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Estado para 2010 (LDO). Discussão em turno único

PL 3.443/09
Do governador, que autoriza o Estado a contratar empréstimo com o BNDES. Discussão em 2º turno (urgência)

PL 2.771/08
Do governador, que altera o Código Florestal do Estado. Discussão em 2º turno

PL 954/07
Do deputado Vanderlei Jangrossi, que institui a Semana de Conscientização da Fauna. Discussão em turno único

PL 3.142/09
Do deputado Célio Moreira, que institui a Semana de Combate à Pedofilia. Discussão em turno único

PL 898/07
Do deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas. Discussão em 2º turno

PL 972/07
Dos deputados Fahim Sawan e Eros Biondini, que institui procedimentos para a identificação de recém-nascidos nas maternidades do Estado. Discussão em 2º turno

PL 1.976/07
Do deputado Padre João, que dispõe sobre a política de incentivo à formação de banco comunitário de sementes tradicionais e crioulas. Discussão em 2º turno

PL 2.549/08
Do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre medidas preventivas cautelares contra educadores e alunos nas escolas estaduais. Discussão em 2º turno

PL 2.936/08
Do governador, que autoriza a transformação da Codemig em empresa pública. Discussão em 2º turno

PL 2.966/09
Do governador, que define nova categoria de manejo para a área de proteção especial da Gruta Rei do Mato. Discussão em 2º turno

PL 3.269/09
Do governador, que reconhece a importância social do Rotary International. Discussão em 2º turno

PL 3.312/09
Do deputado Hely Tarqüínio, que reconhece a importância social do Lions Internacional. Discussão em 2º turno

PL 702/07
Do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a informação de quitação de débitos anteriores nos instrumentos de cobrança enviados ao consumidor. Discussão em 1º turno

PL 2.032/08
Do deputado Ruy Muniz, que dispõe sobre a concessão de nova placa ao proprietário de veículo clonado. Discussão em 1º turno

PL 3.005/09
Do deputado Fábio Avelar, que determina o cancelamento imediato da carteira de habilitação dos falecidos no Estado. Discussão em 1º turno

Reunião Extraordinária (20 horas)
Destina-se à apreciação da mesma pauta da Reunião Ordinária.

ACONTECE HOJE

9 horas
- Reunião Extraordinária (Plenário)

9h30
- Comissão de Redação (Plenarinho II) – discutir e votar pareceres em fase de redação final
- Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo (Plenarinho IV) – discutir e votar proposições da comissão

9h45
- Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Auditório) – reunião para analisar o relatório de monitoramento do PPAG

10 horas
- Comissão Especial da Execução das Penas no Estado (Plenarinho III) – discutir e votar proposições da comissão

10h30
- Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Auditório) – discutir e votar parecer de 2º turno do PL 2.949/08, do governador, que altera a legislação do Cafimp; PL 3.187/09, do governador, que cria a ouvidoria do DER-MG; e PL 3.367/09, do governador, que cria cargos de piloto de helicóptero do Poder Executivo
- Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (Plenarinho I) – discutir e votar parecer de 2º turno do PL 702/07, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a informação de quitação de débitos anteriores nos instrumentos de cobrança enviados ao consumidor; e em 1º turno, do PL 3.356/09, do deputado Gilberto Abramo, que proíbe a emissão de comprovantes em papéis termo-sensíveis; e PL 3.368/09, do deputado João Leite, que obriga a afixação de cartazes nos postos de combustível informando a diferença entre os preços do álcool e da gasolina

14 horas
- Reunião Ordinária (Plenário)
- Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Plenarinho IV) – reunião com a mesma pauta da manhã

14h30
- Comissão de Redação (Plenarinho II) – discutir e votar pareceres em fase de redação final
- Comissão de Participação Popular (Auditório) – discutir os projetos Casa da Cidadania, da Defensoria Pública, e Polos da Cidadania, da UFMG. Convidados: ministro da Justiça, Tarso Genro; secretário de Estado de Defesa Social, Maurício Campos Júnior; defensor público-geral do Estado, Belmar Azze Ramos; defensor público Hélio da Gama; secretário municipal de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte, Mário Assad Júnior; coordenador da Central Única das Favelas, Antônio Afonso Fernandes Filho; presidente da Rede Favela da Periferia de Belo Horizonte e Região, Júlio César Alves; coordenadora do Programa Polos de Cidadania, Miracy Barbosa de Souza Gustin. Requerimento do deputado Almir Paraca
- Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional (Ipatinga) – discutir a situação do mercado de trabalho do segmento metal-mecânico no Vale do Aço. Convidados: prefeito de Ipatinga, Robson Gomes da Silva; presidente da Câmara Municipal, Nilton Manoel, diretor-presidente da Usiminas, Marco Antônio Castelo Branco; presidente da Cenibra, Fernando Henrique da Fonseca; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Luiz Carlos de Miranda; presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga, Jeferson Beachour Coelho; presidente da Agência de Desenvolvimento de Ipatinga, Elísio Cacildo Vieira

15 horas
- Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (Plenarinho I) – reunião com a mesma pauta da manhã

20 horas
- Reunião Extraordinária (Plenário)
- Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Plenarinho IV) – reunião com a mesma pauta da manhã e da tarde

TV ASSEMBLEIA

6h30 **Horário da Câmara Municipal de Belo Horizonte**
7h30 **Repórter Assembleia**
8h **Mundo Político**
8h30 **Panorama (ao vivo) –** 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
9h **Assembleia ao Vivo –** Reunião Extraordinária
12h **Assembleia Debate –** Nova Política Florestal
13h **Mundo Político**
13h30 **Repórter Assembleia – 1ª edição (ao vivo) –** O que acontece na Assembleia e as principais notícias do Estado
14h **Assembleia ao Vivo**
14h15 **Plenário (ao vivo) –** Reunião Ordinária, com os pronunciamentos, discussão e votação de proposições
18h **Horário da Câmara Municipal de Belo Horizonte**
19h **Panorama –** 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
19h30 **Repórter Assembleia – 2ª edição (ao vivo) –** O que acontece na Assembleia e as principais notícias do Estado
19h55 **Trabalho de base**
20h **Compacto Pinga-fogo**
20h15 **Assembleia ao Vivo –** Reunião Extraordinária
21h **Sala de Imprensa (inédito) –** Direitos do Consumidor
22h **Repórter Assembleia**
22h30 **Mundo Político (inédito) –** Entrevistas, comentários e notas sobre a movimentação política no País
23h **Plenário (reprise)**
1h **Panorama –** 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
1h30 **Repórter Assembleia**
2h **Encerramento**

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Alberto Pinto Coelho
Presidente
Deputado Doutor Viana
1º-Vice-Presidente
Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente
Deputado Weliton Prado
3º-Vice-Presidente
Deputado Dinis Pinheiro
1º-Secretário
Deputado Hely Tarqüínio
2º-Secretário
Deputado Sargento Rodrigues
3º-Secretário

SECRETARIA
Eduardo Vieira Moreira
Diretor-Geral
José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário-Geral da Mesa

ASSEMBLEIA INFORMA
Editado pela Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG
Diretor: Lúcio Pérez (jornalista – Rg.MTb 3.552/MG)
Gerente-Geral de Imprensa e Divulgação: Cristiane Pereira
Edição: Gleidson Batista (editor-geral) e Carlos Máximo
Revisão: Sinval Rocha
Diagramação: Mylène Marques
Endereço: Rua Rodrigues Caldas, 30 – CEP: 30190-921 – BH/MG
Tel.: (31) 2108-7715
Impresso pela Gerência-Geral de Suporte Logístico (ramal 7763)
www.almg.gov.br